

**PARECER Nº 11/2015**

**PROJETO DE LEI Nº 06/2015**

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**RELATOR VEREADOR FÁBIO VALADARES**

### **RELATÓRIO**

De autoria da Mesa Diretora, o projeto de lei em epígrafe revisa a remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo e dá outras providências.

Versa a matéria sobre a recomposição, em 6,22% (seis vírgula vinte e dois por cento) da remuneração dos servidores da Câmara Municipal, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade.

Vem agora o projeto a esta comissão de mérito, para exame e parecer, conforme dispõe o art. 88, III, “d”, do Regimento Interno.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre ressaltar que a revisão ora pretendida encontra previsão na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do exercício corrente, atendendo-se, assim, ao princípio do planejamento orçamentário.

No que tange ao seu aspecto financeiro e fiscal, tem-se que esse reajuste não resultará em aumento da despesa de pessoal para além do limite definido no art. 20, III, “a”, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei Responsabilidade Fiscal).

Por fim, ressalte-se que, dada a sua natureza cogente, a revisão em comento dispensa a comprovação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, conforme dispõe o § 6º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **CONCLUSÃO**

Em face do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 06, de 2015.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.

**Vereador FÁBIO VALADARES**

**Relator**